



PROJETO EXEMPLAR
**Na Casa
 d'Elas
 o sabor
 é do mar
 ao prato**

página 06



ENTREVISTA
**Açores
 apostam
 num setor
 agrícola mais
 sustentável**

páginas 04 e 05



ASSOCIAÇÃO DE
 DESENVOLVIMENTO REGIONAL

GRATER – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

OLHAR O MUNDO RURAL

N.º 55 . agosto/2024 • grater@grater.pt • www.grater.pt • www.facebook.com/grater.pt • distribuição gratuita

ESTE SUPLEMENTO INTEGRA O JORNAL DIÁRIO INSULAR E NÃO PODE SER VENDIDO SEPARADAMENTE



CAD- CENTRO DE APOIO À DEFICIÊNCIA

DESPORTO PARA TODOS

No CAD - Centro de Apoio à Deficiência, na Praia da Vitória, um projeto desenvolvido através de uma candidatura apresentada na GRATER a fundos comunitários aumentou a oferta de desporto adaptado. A grande medalha são os benefícios para os utentes. página 06



FÁTIMA AMORIM
Presidente do Conselho de
Administração da GRATER

EDITORIAL

Os Grupos de Ação Local e o seu contributo para a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Em 2015, os líderes mundiais aprovaram 17 objetivos designados por “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”, adiante designados por ODS, que integram a Agenda 2030 das Nações Unidas, e visam constituir um instrumento para a consecução de um mundo mais justo e sem desigualdades.

O LEADER, surgiu muito antes dos ODS, e é uma das políticas mais bem sucedidas da União Europeia, dedicada ao desenvolvimento sustentável, das suas zonas rurais, gerida através de agentes.

O LEADER e os ODS são uma resposta pública que implica um compromisso da sociedade civil e do setor privado para criar iniciativas que sirvam de alavanca para impulsionar uma mudança “de baixo para cima”.

Os Grupos de Ação Local (GAL), são responsáveis pela implementação do LEADER, e são parcerias locais, que reúnem os atores públicos e privados representativos dos interesses locais, que atuam diretamente nas zonas rurais, identificando necessidades, mobilizando recursos e implementando projetos que promovam o desenvolvimento sustentável desses territórios.

Os GAL são atores-chave na concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Ao atuar ao nível local, eles adaptam as suas estratégias de desenvolvimento aos contextos específicos das comunidades onde estão inseridos, garantindo que as intervenções sejam eficazes e sustentáveis. Ao longo de mais de 30 anos, os GAL, que atualmente são 2 800, nos 27 Estados Membros, desenvolvem um trabalho notável nas zonas rurais da União Europeia, onde têm promovido o desenvolvimento rural sustentável através de projetos que fortalecem a economia local, preservam o meio ambiente e melhoram a qualidade de vida das populações.

Exemplo disse são os projetos no âmbito do LEADER, e aprovados pela GRATER, e que constam da revista do mês de Agosto, o CAD - CENTRO DE APOIO A DEFICIÊNCIA, através do projeto de “Desporto Adaptado”, nomeadamente com a aquisição de uma viatura elétrica de transporte dedicado aos treinos desportivos, com adaptação para portadores de deficiência e de equipamentos específicos para a prática de Polybat de RaceRunner, contribui nomeadamente para os ODS 3 – Saúde de Qualidade e 10 – Reduzir Desigualdades. O projeto apresentado pela Associação Marítima de Pescas e Aquicultura da Ilha Terceira, AMPA, designado “A Casa D’Elas - Cozinha, peixaria e takeaway”, permitiu “Diversificar a base económica das zonas costeiras, valorizando as atividades relacionadas com as pescas e o desenvolvimento de atividades complementares” e “Melhorar as condições de suporte ao desenvolvimento económico, incluído a promoção, divulgação e comercialização de produtos”, contribuindo para os seguintes ODS 5 – Igualdade de Género, e 8- Trabalho digno e crescimento económico.

Em conclusão os GAL, através das suas estratégias de desenvolvimento local (LEADER), são essenciais para que os ODS se tornem realidade, garantindo que os resultados obtidos se traduzam em melhorias concretas na vida das pessoas, permitam a erradicação da pobreza e a preservação do planeta.

OPINIÃO

O Gabinete dos Açores em Bruxelas e o momento que vivemos na União Europeia



JOÃO MIGUEL LANÇA
Coordenador do Gabinete dos Açores em Bruxelas

O Gabinete dos Açores em Bruxelas, está localizado no 4.º andar do n.º 14 na Rotunda de Schuman, em Bruxelas, e é composto por dois espaços de uso exclusivo da sua equipa e um conjunto de espaços comuns, todos situados nesse piso, incluindo uma sala de reuniões. Temos assim, condições para acolher reuniões de entidades públicas e privadas que se deslocam a Bruxelas, devendo, por se tratar de um espaço partilhado, ser reservado com a devida antecedência.

Na sua atividade diária, o Gabinete desempenha funções de articulação, organização, dinamização, representação institucional (participando em reuniões ligadas às questões europeias em matérias relevantes para a Região) e acompanhamento dos diversos órgãos (eleitos, instituições e privados) da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas.

Por indicação dos departamentos do Governo Regional ou por iniciativa própria, participamos em ações/iniciativas/eventos de recolha de informação que decorrem a nível europeu, prioritariamente em Bruxelas, sobre programas e iniciativas comunitárias com interesse para a Região, interagindo com os gabinete de outras regiões visando esse mesmo objetivo; e, agindo como facilitadores na realização de reuniões de entidades dos Açores (privadas ou públicas) com parceiros europeus, inclusive, disponibilizando a sala de reuniões para esse efeito.

Além da envolvente europeia, é ainda de salientar, a participação do Gabinete como membro na Câmara de Comércio Belgo-Portuguesa (uma associação criada em 1938 sem fins lucrativos cuja finalidade é a promoção e o desenvolvimento das relações de comércio e amizade entre Portugal e a Bélgica), bem como a nomeação do Coordenador do Gabinete como membro efetivo do Conselho Consultivo da área Consular da Secção Consular da Embaixada de Portugal em Bruxelas.

Para além do trabalho que é desenvolvido diariamente, também importa reforçar a comu-

nicação na Região do que por aqui acontece, pelo que é difundido um boletim informativo periódico (o “AZ@BXL”), essencialmente com o intuito de divulgar as principais iniciativas que decorreram em Bruxelas e as oportunidades que são detetadas.

No que se refere ao momento que atravessamos na UE, e em termos institucionais, este é um momento de mudança decorrente das eleições para o Parlamento Europeu (PE) que tiveram lugar entre 6 e 9 de junho, o que determinou uma nova composição do PE e que irá implicar também a entrada em funções de uma nova Comissão Europeia para a legislatura 2024-2029.

O primeiro passo de mudança foi dado na reunião do Conselho Europeu de 27 de junho de 2024, com a eleição de António Costa como Presidente do Conselho Europeu para o período de 1 de dezembro de 2024 a 31 de maio de 2027 e com a proposta ao PE de Ursula von der Leyen (UvdL) como candidata ao cargo de Presidente da Comissão Europeia, que viu o seu nome ser aprovado (401 votos a favor, 284 votos contra e 15 abstenções) na sessão plenária do PE no passado dia 18 de julho de 2024.

Agora, finda esta etapa, competirá a UvdL, a constituição da sua equipa, devendo as fases seguintes deste processo passarem pela indicação pelos EM de candidatos a Comissário Europeu (previsivelmente durante julho e agosto), pela apresentação do organograma da nova comissão e por outorgar a carta de missão aos novos comissários (possivelmente no início de setembro).

Segue-se a audição dos novos Comissários na comissão do PE responsável pelas áreas do respetivo portefólio (possivelmente entre 30 de setembro e 4 de outubro), sendo esperado o voto da aprovação da nova Comissão Europeia Ursula von der Leyen 2.0 na sessão plenária do PE de outubro e a sua entrada em funções em 1 de novembro de 2024, isto otimizando prazos e não havendo contratempos. Concluídas estas formalidades institucionais, caberá ao novo Colégio de Comissários apresentar o seu programa de trabalho para a nova legislatura, que entrará em ritmo acelerado desde o seu primeiro dia, pois prevê-se que até 1 de julho de 2025 a Comissão Europeia venha a apresentar uma proposta de Quadro Financeiro Plurianual para o após 2027 e que certamente serão seguidas/acompanhadas de novas propostas políticas que tocarão todas as áreas de política da UE, estando certamente também na calha novas propostas para a Política Agrícola Comum, Política de Coesão e Política Comum das Pescas, mencionando só aquelas que estarão mais diretamente ligadas à atividade dos grupos de ação local.

ESPAÇO ASSOCIADO

FREGUESIA DA RIBEIRINHA “É sempre possível alcançar mais”

A Ribeirinha é rica em população e em serviços, mas o presidente da junta de freguesia, Alberto Melo, defende que ainda é possível desenvolver mais a localidade “resiliente e impaciente”.

A Ribeirinha não se debate, como outras localidades rurais, com perda de população. Como explica o presidente da junta de freguesia, Alberto Melo, a densidade populacional é “elevada”, tendo em conta a dimensão geográfica. “Tal deve-se à sua localização próxima à cidade de Angra do Heroísmo e ao crescimento habitacional que se verificou nos últimos anos”, diz.

O desenvolvimento estende-se também aos serviços prestados na freguesia. “Embora achemos sempre deficitários, consideramos que os mesmos são bastante abrangentes tendo em conta a já referida proximidade à cidade de Angra do Heroísmo. Desde serviços básicos de saúde (medicina familiar), medicina dentária e reabilitação, são algumas das valências nessa área”, aponta.

O autarca refere também os “diversos tipos de comércio, desde as mercadorias e bens essenciais ao comércio de combustíveis e retalho”.

Na freguesia existem diversas instituições e coletividades que “asseguram a área social e convívio



entre a população”, valoriza. Quando lhe perguntam o que distingue a Ribeirinha, Alberto Melo deixa um elogio à comunidade. “Consideramos que a localidade se diferencia das demais, pela sua capacidade resiliente e ao mesmo tempo impaciente, que não se resigna aos obstáculos ultrapassando-os com entrega, dedicação e espírito de sacrifício para alcançar os benefícios coletivos para a freguesia”, afirma.

“A freguesia da Ribeirinha detém uma história imensamente rica cultural e socialmente. Desde a guerra civil que esteve envolta em atos heroicos que contribuíram para a história da ilha. É, também, uma freguesia imensamente

rica socialmente, na qual existem diversas coletividades com equipas motivadas e empreendedoras que primam por manter as tradições ao mesmo tempo que inovam nas suas atividades, elevando o referencial e o bom nome da freguesia”, acrescenta.

Crescer mais

Alberto Melo considera que a freguesia “detém um potencial já implantado”, mas que “é sempre possível alcançar mais, nomeadamente no que respeita ao parque habitacional, que tem potencial de crescimento”.

Com vista a atingir esse objetivo, defende ser necessário promover “melhoramentos de alguns aces-

sos com uma revisão do PDM (Plano Diretor Municipal), sendo este um dos grandes desafios”.

“Acreditamos que existe bastante por onde fomentar, empreender e interceder, preservando a condição de ruralidade que nos caracteriza”, frisa.

O executivo da junta de freguesia, diz, “mantém desde o primeiro dia a vontade de desenvolver diversos projetos, quer com a GRATER, quer com outras entidades locais ou regionais”.

“Destacamos a requalificação da ‘Nasce Água/Poça’ que é de onde nasce a ribeira que atravessa toda a freguesia à qual a Ribeirinha ‘lhe deve’ o nome”, exemplifica.

Encontra valor em desenvolver os territórios rurais. “Sem perder a genuinidade que caracteriza os meios rurais, o desenvolvimento é um aliado na fixação de população nos mesmos, daí que todo o desenvolvimento é de extrema importância, pois torna as localidades rurais mais atrativas para que aí se fixem e desenvolvam a sua atividade ou, simplesmente, fixem residência, o que por sua vez implica desenvolvimento indireto da comunidade, quer pela economia que é gerada, quer pela visibilidade que é transmitida, quer ainda pela socialização que é incutida tanto a nível humano como a nível cultural”, defende.



ENTREVISTA

JOÃO REIS, DIRETOR REGIONAL DO DESENVOLVIMENTO RURAL

Região a trilhar o caminho para “uma agricultura mais sustentável”



O diretor regional do Desenvolvimento Rural defende que as exigências da União Europeia em matéria ambiental e de segurança alimentar estão altas, mas que foram criados instrumentos para enfrentar os desafios

Na sua opinião, qual a importância e o contributo da abordagem LEADER para o desenvolvimento dos Açores?

O LEADER é um instrumento de política vocacionado para o incentivo do desenvolvimento rural, com provas dadas em matéria de desenvolvimento sustentável nas comunidades locais, que assume particular importância nas regiões ultraperiféricas, como é o caso dos Açores, onde a situação arquipelágica exige ainda uma maior proximidade de atuação. Não nos esqueçamos que é através de estratégias locais, inovadoras e participativas que o LEADER concretiza as suas ações. Com efeito, os princípios fundamentais desta

abordagem prendem-se com o facto de os atores locais participarem na tomada de decisão, de integrarem todos os setores de atividade, de preverem a cooperação e o trabalho em rede e de apostar em ideias inovadoras.

Nos Açores, o LEADER encoraja a participação dos agentes dos territórios na definição das medidas para o desenvolvimento das suas localidades, com o objetivo de promover o crescimento económico, preservar o ambiente e incentivar a inovação, contribuindo assim para a coesão social e territorial das zonas rurais.

Que medidas estão a ser implementadas ou pretende imple-

mentar o Governo dos Açores, para criar mais riqueza e postos de trabalho nos nossos territórios rurais?

O Governo dos Açores está a desenvolver programas para o emprego, através de apoios para criar e manter postos de trabalho que promovam a estabilidade laboral, o incremento salarial e a redução da precariedade, bem como medidas de inserção socioprofissional dirigidas a públicos vulneráveis. A título de exemplo, no Plano para 2024 está inscrito um apoio financeiro destinado a todas as unidades produtivas artesanais registadas nos Açores que promovam projetos de formação, de dinamização do setor artesanal, de investimento nas empresas artesanais e de qualificação e inovação do produto artesanal. Neste contexto, a abordagem LEADER assume-se como uma das políticas abraçadas pelo Governo dos Açores para fomentar o aparecimento de novas empresas

locais e, consequentemente, promover o crescimento do número de postos de trabalho.

O que prevê o PEPAC (Plano Estratégico da Política Agrícola Comum) para a Região Autónoma dos Açores?

O PEPAC assume-se numa linha de continuidade em relação ao período de programação anterior. Mantém-se o papel relevante dos GAL (Grupos de Ação Local) na implementação das respetivas estratégias de desenvolvimento local e permanece o apoio para o funcionamento das suas estruturas técnicas e para a cooperação com outros grupos, dentro e fora da Região. Em termos de estratégias de desenvolvimento, mantém-se a aposta na tipologia de investimentos apoiados, nomeadamente na criação de oportunidades de emprego para a população local, na oferta turística, na criação de atividades complementares à produção agrícola,



na valorização do ambiente e da paisagem rural e na produção de serviços básicos e imprescindíveis para a manutenção das populações nos territórios, embora com preocupações acrescidas ao nível das questões ambientais, da empregabilidade, da diversificação dos mercados, da pequena economia, do emergente apoio aos mais idosos e também aos mais jovens.

Nos Açores que trabalho está a ser desenvolvido para dar resposta a desafios como o aumento da concorrência estrangeira no espaço da União Europeia, Pacto Ecológico Europeu e a Estratégia do Prado ao Prato?

Temos assistido em diversos países da Europa a movimentos de agricultores contra a importação de produtos com preços demasiado baixos. Na realidade, a União Europeia estabeleceu um grau de exigência tal em matéria ambiental e de segurança alimentar que coloca em causa a capacidade de concorrência de certos produtos agrícolas europeus no mercado mundial, em especial os produtos indiferenciados. Para fazer face a esta situação, o Governo Regional disponibiliza um vasto conjunto de ferramentas políticas que permitem ajudar os agentes económicos do setor agrícola a trilhar um caminho para uma agricultura mais sustentável e mais segura para os consumidores. Neste contexto, importa ainda realçar a elaboração e a execução dos planos estratégicos setoriais

“Os Grupos de Ação Local dos Açores têm demonstrado, ao longo de 30 anos, uma enorme capacidade para implementar e acompanhar as estratégias de desenvolvimento”

JOÃO REIS

Diretor Regional do Desenvolvimento Rural



promovidos pelo Governo Regional para as fileiras do leite e da carne de bovino, da vitivinicultura, da horticultura, da fruticultura, da floricultura, da apicultura e ainda para a agricultura biológica.

Qual é a sua opinião sobre o papel dos GAL e a sua importância para o desenvolvimento dos territórios rurais. Que diálogo deve ser mantido com o executivo regional?

Os GAL dos Açores têm demonstrado, ao longo de 30 anos, uma enorme capacidade para implementar e acompanhar as estratégias de desenvolvimento que são desenhadas para os seus territórios. É essencial realçar que são os GAL que identificam as necessidades e potencialidades dos territórios onde intervêm, que definem os objetivos e as prioridades de desenvolvimento e que propõem as ações e os projetos específicos para alcançar esses objetivos. São ainda os GAL que encorajam a participação ativa das comunidades locais. Como organismos intermédios de gestão, são os GAL que recebem os potenciais beneficiários e que os acompanham nas várias fases do projeto, desde a candidatura até ao pedido de pagamento. Por tudo isso, importa manter um diálogo privilegiado com os GAL tendo em vista a obtenção dos melhores resultados para a abordagem LEADER e, conseqüentemente, para o desenvolvimento dos territórios rurais

PROJETOS EXEMPLARES

CAD - CENTRO DE APOIO À DEFICIÊNCIA

Projeto de desporto adaptado garante “benefícios transversais”

Anabela Ávila é técnica superior de reabilitação psicomotora e treinadora de atletismo, além de diretora técnica no CAD- Centro de Apoio à Deficiência, na Praia da Vitória. Ao longo dos anos, tem visto, de perto, as vantagens do desporto adaptado.

“Os benefícios são transversais. Têm a ver com a parte da atividade física, da inclusão, da interação social. As pessoas que têm deficiência não quer dizer que sejam incapazes ou inválidas. Podem ter deficiência motora, mas capacidade, por exemplo, de lançar uma bola. Podemos fazer muitas coisas com elas que as façam sentir-se válidas na sociedade”, diz.

A dinâmica de grupo também é positiva. “Conseguem-se trabalhar muitos dos objetivos. Vejo grandes evoluções, quer a nível do equilíbrio, da tonicidade, como em termos de humor, da parte emocional e psicológica”, reforça.

Uma candidatura apresentada à GRATER a fundos do programa PRORURAL+ permitiu um apoio de 47.543,52 euros, com uma taxa de comparticipação de



100%, para a aquisição de uma viatura elétrica de transporte dedicado aos treinos desportivos, com adaptação para portadores de deficiência, e de equipamentos específicos para a prática de Polybat e de RaceRunner.

“Candidatámo-nos à aquisição de duas tricicletas e duas mesas de ténis de mesa, para a prática de Polybat”, refere Anabela Ávila. Precisa que a última modalidade é “mais específica para pessoas com deficiência intelectual”, mas que também pode ser praticada, por exemplo, por idosos com mobilidade reduzida ou crianças.

“Temos feito encontros desde



2019. Achámos que era uma boa modalidade e tentámos trazer formação. Já fizemos formação na Terceira e em São Miguel e no Pico. Há muito anos que fazemos competição local e o nosso objetivo é uma competição a nível regional”, explica.

A meta não é fácil, dado que o Polybat ainda não é federado e

não existem muitos apoios. “Seriam necessários treinadores específicos para avançar para outro nível”, adianta.

Na instituição há surf adaptado, adaptação ao meio aquático, equitação adaptada, atletismo, bócia e polybat.

As tricicletas surgem como uma disciplina do atletismo, mais uma forma de competir e também uma ferramenta de reabilitação. São ainda uma forma de liberdade, como explica Anabela Ávila: “Temos uma atleta que já pratica há alguns anos. Movia-se em andarrilho, nunca correu na sua vida”.

VILA DE SÃO MATEUS

Na mesa da Casa D’Elas serve-se peixe fresco e tradição

Na Casa D’Elas, em São Mateus, há uma peixaria e takeaway. É a materialização de uma iniciativa da Associação Marítima de Pesca e Aquicultura da Ilha Terceira (AMPA), uma entidade sem fins lucrativos.

“Este projeto de take away tem como objetivo a valorização do nosso pescado fresco e a recuperação e divulgação das nossas receitas tradicionais”, explica Sara Silveira, presidente da associação. A aquisição do equipamento para a cozinha foi possível com uma candidatura entregue na GRATER, a verbas do programa operacional MAR2020, no valor de 18.872,84 euros, financiada a 85%.



Na cozinha da casa branca de barras azuis encontram-se agora um armário frigorífico para frescos e outro para congelados, fogão a gás, fritadeira a gás e várias bancadas e armários em inox.

A valorização do pescado, reforça Sara Silveira, é em si mesma uma

vantagem para a vila piscatória. Depois, há a criação de postos de emprego ocupados por pessoas da comunidade, salienta.

Outro eixo do projeto é a realização de formações, destinadas sobretudo às mulheres da localidade, com vista a abrir-lhes oportu-



nidades para obter outros rendimentos.

Com o passar do tempo, a Casa D’Elas recebe cada vez mais visitas. “A comunidade tem vindo a aderir, pois ainda estamos numa fase de divulgação”, diz Sara Silveira.

NOTÍCIAS

DOCUMENTO DA COMISSÃO EUROPEIA ANALISA RESULTADOS

Abordagem LEADER continua “relevante”

Análise pedida pela Comissão conclui que o LEADER permanece importante para os objetivos da PAC e para a meta de desenvolvimento territorial equilibrado.

Um documento de trabalho da Comissão Europeia, publicado no início de julho, analisou o contributo da abordagem LEADER, para concluir que esta continua a ser relevante na perspetiva dos objetivos da PAC (Política Agrícola Comum) e, sobretudo, para um desenvolvimento territorial equilibrado.

Foram analisados os resultados da medida LEADER nos Programas de Desenvolvimento Rural para 2014-2022.

A Comissão Europeia define o LEADER como “uma abordagem ‘ascendente’ (a partir das bases), que reúne agricultores, empresas rurais, organizações locais, autoridades públicas e indivíduos de vários setores para formar grupos de ação local (GAL)”.

São os GAL que elaboram as estratégias de desenvolvimento local, com orçamentos próprios.

No que se refere ao documento de trabalho, a avaliação tinha já



sido utilizada na preparação do período de programação 2023-2027. Foram tidos em conta aspetos como a eficácia, a coerência, o valor acrescentado e a relevância da metodologia LEADER.

O relatório conclui que “o LEADER continua a ser relevante para os objetivos da PAC e, em particular, para o seu objetivo de desenvolvimento territorial equilibrado

e de zonas rurais vibrantes”.

Pode ler-se que “em muitos casos, o LEADER visa especificamente zonas economicamente desfavorecidas, periféricas ou remotas ou que acolhem comunidades vulneráveis” e que “o LEADER é considerado pelas partes interessadas como um elemento-chave para uma estratégia de longo prazo para as zonas rurais, como

parte da visão da UE para as zonas rurais em 2040, e ainda é relevante para os objetivos da PAC 2023-2027”.

É também referido que “no novo período de programação 2023-2027, os Estados-Membros atribuíram ao LEADER muito mais recursos do que o mínimo legal (7% em vez do mínimo legal de 5%)”.

ENTROU EM VIGOR NOVO REGULAMENTO

Bens mais sustentáveis no espaço europeu

A Comissão Europeia anunciou, a meados do mês passado, a entrada em vigor de legislação que permitirá a definição de requisitos de conceção ecológica e de informação para a maioria dos bens físicos que entram no mercado da União Europeia.

Em causa está o Regulamento de Conceção Ecológica de Produtos Sustentáveis, que se aplicava até ao momento apenas aos produtos relacionados com o consumo de

energia.

Segundo o comunicado colocado no sítio de Internet da Comissão Europeia, “a conceção ecológica diz respeito à integração de considerações ambientais em todas as fases de desenvolvimento do produto”.

“É crucial, num mundo em que existe uma procura tão elevada de produtos eficientes e sustentáveis como forma de reduzir o consumo de energia e de recursos”, considera a Comissão.



NOTÍCIAS

OBJETIVO É SELO DOP OU IGP

Meloa da Graciosa deve ser certificada

A secretaria regional da Agricultura e Alimentação vai apoiar a Associação de Agricultores da Graciosa e a Adegas e Cooperativa daquela ilha na elaboração de um caderno de especificações do qual consta o resumo histórico da produção e comercialização da meloa da Graciosa, a fim de candidatá-la à Comissão Europeia para uma qualificação comunitária de Denominação de Origem Protegida (DOP) ou de Indicação Geográfica Protegida (IGP).

De acordo com o secretário regional da Agricultura e Alimentação, que fez o anúncio, no mês passado, numa visita estatutária do Governo à Graciosa, “sendo um produto geracional e secular, a famosa meloa da Graciosa é única pelas suas características”. A meloa da Graciosa está já certificada pela Marca Açores, “pelo que o próximo passo só pode ser a candidatura deste produto único à Comissão Europeia para produto DOP ou IGP”, afirmou.

Para António Ventura, a candidatura faz sentido pelo facto de a meloa da Graciosa “ser um pro-



duto que traz reconhecimento à ilha e aos seus produtores”.

Um produto DOP é designado quando a qualidade ou características deste se devem essencial ou exclusivamente ao meio geográfico específico, incluindo fatores naturais e humanos, cujas fases

de produção têm lugar na área geográfica delimitada.

Já uma certificação IGP, como precisa a nota de imprensa divulgada pelo Governo Regional, é um nome geográfico ou equiparado que designa e identifica um produto originário desse local

ou região, que possui uma determinada qualidade, reputação ou outras características que podem ser essencialmente atribuídas à sua origem geográfica e que em relação ao qual pelo menos uma das fases de produção tem lugar na área geográfica delimitada.

CURIOSIDADES do mundo rural



Saudável pólen

Nos Açores, a qualidade do mel é reconhecida e o produto já obteve o selo de Denominação de Origem Protegida (DOP). Contudo, não é apenas o mel que resulta do trabalho das abelhas. Também há o pólen, que tem os seus próprios argumentos em termos de benefícios para a saúde.

O pólen é comercializado na sua forma desidratada e pode ser consumido, por exemplo, em sopas, iogurtes ou batidos.

É considerado que pode trazer vantagens em termos de prevenção de doenças cancerígenas,

face à presença de flavonoides e carotenoides, com propriedades antioxidantes. Também haverá uma ação benéfica para o sistema imunitário, o que pode fazer deste suplemento um aliado contra gripes e resfriados.

O facto de o pólen ser generoso em calorias torna-o bom no combate à exaustão e ótimo para quem tem muito desgaste físico, como os atletas.

Ajudar na saúde cardiovascular ou na manutenção de uma pele bonita e saudável serão outros benefícios